



Reunião da Comissão Incumbida de Elaborar o Anteprojeto de Estruturação do Conselho Nacional de Pesquisas (Rio de Janeiro, 1949).
A partir da esquerda, em primeiro plano:
Álvaro Osório de Almeida, Jose Carneiro Felipe, Jorge Latour e Álvaro Alberto.

ALIANÇAS ESTRATÉGICAS NO PROCESSO DE CRIAÇÃO DO CNPq*

Ana Maria Ribeiro de Andrade**

1. Introdução

É secular a tendência social para organizar, agrupar e formar corporações ou associações, nas quais são reunidas pessoas com ideais, tradições e interesses comuns. Na historiografia, tais organizações são identificadas como “corpos constituídos” ou “corpos especializados”, que buscam formas tradicionais de representatividade na sociedade, bem como a legitimação da autoridade exercida nos planos social, político, técnico ou do conhecimento específico. Apesar de existirem divisões internas, disputas e desentendimentos, o “espírito de corpo” agrega os integrantes de tais organizações, explica certas atitudes e decisões, podendo esses mesmos “corpos especializados” desempenhar papéis essenciais ou adquirir uma função histórica particular em determinados meios sociais e contextos.

Tal comportamento, corrente entre os militares e também no meio acadêmico, caracterizou os processos de criação de associações científicas no Brasil, assim como do Conselho Nacional de Pesquisas, o CNPq, hoje intitulado Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, instituição vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Esses processos foram sempre longos, marcados por vicissitudes e iniciativas frustradas conduzidas por cientistas, professores do ensino superior e intelectuais. Em 1916, a Sociedade Brasileira de Ciências, rebatizada Academia Brasileira de Ciências (ABC) em 1921, foi a primeira investida bem sucedida de aglutinação de cientistas e professores empenhados no desenvolvimento da ciência no país. Em seguida, alguns de seus afiliados participaram da gênese da Associação Brasileira da Educação (1924) e, na década de 1930, começaram a se movimentar para criar um conselho de ciências, a única possibilidade para garantir uma política de Estado voltada para o planejamento e o financiamento da pesquisa científica. A conjuntura era favorável e, em especial, o cenário político.

Se muitas iniciativas fracassaram, o processo de profissionalização daqueles que se dedicavam ao ensino e à pesquisa científica foi fortalecido com a criação da Universidade de São Paulo (USP, 1934), da efêmera Universidade do Distrito Federal (UDF, 1935), do Instituto de Biofísica (Universidade do Brasil, 1945), da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC, 1948) e do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF, 1949). O Conselho Nacional de Pesquisas, todavia, só pôde ser criado em 1951, diante da nova ordem mundial engendrada com o lançamento das bombas atômicas sobre o Japão, depois do término efetivo da Segunda Guerra Mundial. Interesses que tinham aproximado alguns militares de cientistas na Academia Brasileira de Ciências e, principalmente, no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, deram lugar a uma estratégica aliança. Na conjuntura do chamado desenvolvimentismo da década de 1950, o CNPq foi

* Este texto é versão modificada de artigo originalmente publicado em: ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. Ideais políticos. A criação do Conselho Nacional de Pesquisas. *Parcerias Estratégicas* (Brasília), v. 11, p. 221-242, jun. 2001.

** Com graduação e mestrado em História, ingressou no MAST no ano de sua fundação, 1985, como pesquisadora em História da Ciência. Obteve o título de doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), em 1996, com a tese *Físicos, Mésons e Política: a Dinâmica da Ciência na Sociedade*, posteriormente publicada (1999), na qual aborda a história de cientistas e instituições brasileiras relacionadas com a pesquisa no campo da Física. Foi pesquisadora visitante no Centre Alexandre Koyré, em Paris (1999), e no Max Planck Institute for the History of Science, em Berlim (2004 e 2005). Foi ainda coordenadora de pesquisa na área de História da Ciência do MAST entre 1999 e 2002, presidente da Sociedade Brasileira de História da Ciência (SBHC) em dois mandatos sucessivos, entre 2000 e 2004, e editora científica da *Revista Brasileira de História da Ciência* entre 2003 e 2005. E-mail: anaribeirodeandrade@gmail.com.

criado para ser o gestor do Estado da política de energia nuclear e a autarquia encarregada das atividades de fomento da ciência e da tecnologia.

2. Dificuldades e malogros

Deve-se à Academia Brasileira de Ciências a iniciativa de propor a criação de um conselho de pesquisas. Em 1931, aproveitando o processo de reorganização administrativa do Estado sob a forma de conselhos superiores, a Academia enviou um memorial ao presidente da República Getúlio Vargas no qual propugnava a importância da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento do país. Mas a iniciativa não teve repercussão, uma vez que prevalecia na sociedade brasileira uma visão utilitarista da ciência, aliada à perspectiva de que o país poderia obter vantagens comparativas recorrendo à importação de tecnologia, para atender às demandas imediatas do setor industrial e aprimorar o modelo agroexportador no qual se baseava a economia (ANDRADE, 1999, p. 107-142).

Cinco anos depois, uma segunda tentativa foi frustrada por falta de apoio do Poder Legislativo. Dessa vez, a proposição fora encaminhada pelo presidente Getúlio Vargas ao Congresso Nacional e destinava-se à criação de um conselho de pesquisas experimentais na área das ciências agrárias. Não obstante as conclusões e recomendações dos participantes de um concorrido Congresso Agrônomo, realizado no Rio de Janeiro em 1936, não houve receptividade da proposta entre os deputados federais. Nem a notícia, ou o exemplo, de que o aumento vertiginoso da produção agrícola nos Estados Unidos decorreu de pesquisas científicas investidas na melhoria de variedades de espécies contribuiu para mudar a opinião da maioria dos deputados federais, ou para sensibilizar os representantes das oligarquias rurais a respeito da importância da aplicação da genética à agricultura (ARQUIVO CAPANEMA; CNPq, 1952, p.14).

A criação, não mais de um conselho de pesquisas, mas de uma comissão de energia atômica no Brasil entrou na agenda política dez anos mais tarde, por iniciativa de diplomatas e militares. Era véspera da viagem do então capitão de mar e guerra Álvaro Alberto da Motta e Silva¹ para os Estados Unidos, a fim de participar do processo de criação de uma comissão de energia atômica das Nações Unidas (ONU), como representante da Marinha Brasileira. A redação dessa proposta, em 1946, foi delegada a uma comissão dos chamados homens de ciência (CNPq, 1961, p. 16), e não faltaram argumentos e justificativas bem fundamentadas, como a necessidade de proteger as reservas de minerais radioativos, e os exemplos de países em que já havia uma comissão nacional de energia nuclear (ANDRADE, 2006, p. 55-64). Na França, por exemplo, o *Commissariat à l'Énergie Atomique* existia desde 1945, ano em que se iniciou nos Estados Unidos o conturbado processo de criação da US Atomic Energy Commission, e que terminou em 1946, para substituir e extinguir o Manhattan Engineer District of the Army Corps of Engineers (conhecido como Projeto Manhattan). No Brasil, contudo, o assunto nem chegou a ser discutido no Congresso Nacional, possivelmente por uma série de razões: o caráter da proposta restrito à energia nuclear; a conjuntura política caracterizada pela recomposição de forças em decorrência da transição da ditadura do Estado Novo para a democracia; e a agenda política voltada para os trabalhos da Constituinte de 1946.

Se a iniciativa de 1946 fracassou, Álvaro Alberto acumulou capital político após sua atuação nos debates para a criação de uma comissão de energia atômica na ONU, foi promovido a contra-almirante e conquistou novos aliados (CAMPOS, 1994, p. 101-103). O embaixador João Carlos Muniz – chefe da delegação brasileira na reunião da ONU de 1947 – foi um deles. Em ofício ao ministro das Relações Exteriores, em que explanou a sua preocupação com a tentativa de

¹ Álvaro Alberto (Brasil, 1889-1976) era químico, e foi professor da Escola Naval, industrial da área de explosivos, vice e presidente da Academia Brasileira de Ciências (respectivamente, em 1935-37 e 1949-51), membro fundador e vice-presidente do CBPF (1949-55), e fundador e presidente do CNPq (1951-55).

regulamentação internacional da utilização da energia nuclear para qualquer fim, como forma de controle da corrida armamentista, ele enfatizou que Álvaro Alberto era um "técnico competente" e o único participante que havia defendido os interesses dos países exportadores de minerais estratégicos. O embaixador também alertou o ministro que a proteção para o Brasil consistia na organização da pesquisa, na formação de técnicos no exterior e na intensificação da prospecção dos minérios radioativos (MUNIZ, 1947). O assunto chegou rápido ao presidente Eurico Gaspar Dutra, por meio do Conselho de Segurança Nacional (WILSON CENTER).

O debate em torno da criação de um conselho de pesquisas ressurgiu nas reuniões do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) e da Academia Brasileira de Ciências, com José Reis, Carlos Chagas Filho, Arthur Moses, dentre outros. O ano de 1948 foi atípico, diante da intensa mobilização de professores, cientistas e alguns setores das Forças Armadas. Dentre as iniciativas desses grupos destacam-se: criação da SBPC, por força de biólogos que reivindicavam a autonomia dos institutos de pesquisa do governo do estado de São Paulo; organização da Escola Superior de Guerra (ESG); presença de delegação brasileira na Conferência dos Peritos Científicos da América Latina, promovida pela Unesco em Montevidéu (SILVA, 17 jun. 1949; A MANHÃ, 28 out. 1949, p. 4). Além disso, a notoriedade nacional e internacional obtida pelo jovem físico brasileiro Cesar Lattes, após participar do grupo de Bristol (RU) que descobriu o méson- π (píon) nos raios cósmicos (1947) e ter detectado a produção da mesma partícula (1948) no acelerador do Radiation Laboratory de Berkeley (EUA) foi utilizada para promover a ciência na sociedade (ANDRADE, 1999, p. 23-53).

Nesse contexto também teve início a tramitação do Projeto de Lei n. 164/48 no Congresso Nacional, visando a criação de um conselho de pesquisas. O Projeto, encaminhado pela bancada paulista na Câmara dos Deputados, estava inserido no movimento dos biólogos de São Paulo, mas contava com a colaboração de José Carneiro Felipe, professor da Escola Nacional de Química (RJ). Sua sustentação foi garantida por diversos partidos, em especial pelo tradicional Partido Social Democrático (PSD), dada a efetiva compreensão do papel da ciência e da tecnologia por parte de alguns deputados dessa agremiação (e. g., Edgar Baptista Pereira, Horácio Lafer e Luís de Toledo Piza Sobrinho), e os laços sociais existentes entre deputados paulistas e cientistas.

O conselho de pesquisas esboçado comportava uma estrutura modesta e representativa de instituições do Rio de Janeiro, e não de São Paulo. Seus cinco membros seriam indicados pela Academia Brasileira de Ciências, Instituto Oswaldo Cruz, congregação da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, Presidência da República e, curiosamente, por uma última instituição cujo nome não foi registrado (BRASIL, Câmara, 1948, p. 2765). Em resumo: a instituição idealizada teria por finalidade promover e estimular o desenvolvimento da pesquisa nos domínios da Matemática, Física, Química, Geologia e Biologia, concedendo bolsas para a formação e aperfeiçoamento de pesquisadores e técnicos, no país e no exterior; ficaria vinculada ao Ministério da Educação e Saúde, mas gozando de autonomia científica, técnica e financeira; e seria autorizada a criar um instituto de física nuclear, cuja administração ficaria a cargo do próprio Conselho.

Identificado com um pequeno círculo de professores e pesquisadores das ciências biológicas de São Paulo, a tramitação desse Projeto de Lei não avançou. Num período tão marcado pelo impacto da Segunda Guerra Mundial, no qual a Física ocupava o papel de ciência guia, a imensa maioria dos cientistas arrolados no documento (Oswaldo Cruz, Carlos Chagas Filho, Cardoso Fontes, Amoroso Costa, Vital Brazil, Evandro Chagas, Roquette Pinto e os irmãos Osório de Almeida) não tinha tradição para avaliar a criação de um instituto de pesquisas na área da física nuclear. Do mesmo modo, era insuficiente a justificativa de que "[...] já possuímos um centro de investigações em São Paulo e outro no Rio e da equipe moça e vigorosa que os constitui saiu o jovem Cesar Lattes, cuja recente descoberta provocou tão grande sensação nos meios científicos do mundo" (BRASIL, Câmara, 1948, p. 2798).

A reivindicação de criação de um conselho de pesquisas só foi atendida após o estabelecimento de novas alianças, a ampliação da proposta, e com o apoio das esferas políticas influentes em meados do século XX. Isto é, os anseios e reivindicações daqueles que almejavam o desenvolvimento da ciência e da tecnologia no país precisaram ser somados aos ímpetus dos que tinham força política para sobrepor a este ideal o propósito de garantir a segurança nacional por meio do emprego de armas nucleares.

3. A Comissão de Notáveis

Quando retornou dos Estados Unidos em 1948, após ter participado da reunião da ONU e de outra missão militar não revelada, Álvaro Alberto utilizou a repercussão do evento para fazer novas alianças. Primeiro, encontrou-se com o ministro da Marinha, Sylvio Noronha, e fez uma exposição detalhada dos trabalhos sobre a tentativa de se criar uma comissão de energia atômica da ONU. Em seguida, os dois tiveram uma audiência com o presidente da República, general Eurico Dutra, na qual Álvaro Alberto apresentou um documento em que enfatizava as dificuldades enfrentadas pela delegação brasileira naquele fórum, salientando que “[...] o Brasil era o único que não dispunha de órgãos necessários para se colocar em idêntico nível de progresso cultural e econômico à altura dos países civilizados” (COMISSÃO, 13 abr. 1949, p. 2). Depois disso, o general Dutra conversou sobre o assunto com o diretor do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), Mário Bittencourt Sampaio, e com o presidente do Conselho Nacional de Colonização e Imigração, Jorge Latour. Decidido a apoiar a criação de um conselho único voltado para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia nuclear, o presidente Dutra convocou Álvaro Alberto ao Palácio do Catete e lhe apresentou uma lista de nomes para compor uma comissão encarregada de elaborar o anteprojeto de criação do Conselho Nacional de Pesquisas (COMISSÃO, In: CNPq, 1952; PARCERIAS, 2000, 182-195).



Figura 1 – O presidente da República, general Eurico Dutra, recebe Álvaro Alberto no Palácio do Catete para tratar da criação do CNPq. Rio de Janeiro, 1949. (AHC/MAST).

Sob a presidência de Álvaro Alberto, a Comissão congregava representantes do Estado Maior das Forças Armadas, da administração pública, do setor industrial e de cientistas. Ao que tudo indica, as reuniões da Comissão foram realizadas nos meses de abril e maio de 1949, com a presença de 22 representantes de grupos profissionais distintos, mas com interesses convergentes. Em resumo: de um lado, os cientistas queriam fazer ciência; de outro lado, dos militares, desenvolver a pesquisa científica e tecnológica voltada para a produção e aplicação da energia nuclear (Quadro 1).

Quadro 1 – Comissão encarregada do anteprojeto de criação do CNPq, 1949

Membros	Status profissional e vínculos em 1949
Adalberto Menezes de Oliveira*	almirante, ex-professor da Escola Naval, membro da ABC
Álvaro Alberto da Motta e Silva*	contra-almirante, empresário, vice-presidente do CBPF, presidente da ABC
Álvaro Osório de Almeida	biólogo, professor da Faculdade Nacional de Medicina, membro da ABC
Armando Dubois Ferreira*	coronel, Escola Técnica do Exército, Conselho Deliberativo do CBPF
Arthur Moses*	biólogo, presidente da ABC, Conselho Deliberativo do CBPF
Cesar Lattes*	físico, Universidade do Brasil, diretor científico do CBPF, membro da ABC
Ernesto Lopes Fonseca Costa	diretor do Instituto Nacional de Tecnologia
Euvaldo Lodi*	empresário, Confederação Nacional da Indústria, deputado federal (PSD-MG)
Francisco Humberto João Maffei	eng. químico, Escola Politécnica (SP), Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT)
Ignácio M. Azevedo do Amaral	engenheiro, Escola Nacional de Engenharia, membro da ABC
Joaquim da Costa Ribeiro*	físico, chefe Dept. Física Universidade do Brasil, ABC, Direção Técnica do CBPF
Jorge Latour	presidente do Conselho de Imigração e Colonização
José Carneiro Felipe*	físico-químico, Escola Nacional de Química, ABC, Conselho Deliberativo do CBPF
Luiz Cintra do Prado*	físico, Escola Politécnica (SP), ABC, Direção Técnica do CBPF
Marcelo Damy de Souza Santos	físico, chefe do Dept. Física da USP, ABC
Mário da Silva Pinto	engenheiro de minas, Departamento Nacional de Produção Mineral, ABC
Mário de Bittencourt Sampaio	engenheiro, diretor-geral do Dasp
Mário Paulo de Brito	Escola Nacional de Engenharia
Mário Saraiva	Instituto de Química Agrícola do Ministério de Agricultura
Martinho Santos	tenente-coronel-aviador, representante do Ministério da Aeronáutica
Orlando Rangel Sobrinho*	tenente-coronel, químico, advogado, Conselho Deliberativo CBPF, ABC
Theodoreto Arruda Souto	engenheiro, Escola Politécnica (SP), Escola de Engenharia de São Carlos

OBS.: * Fundadores e participantes de instâncias deliberativas do CBPF, à exceção de Euvaldo Lodi que não participou diretamente. Apenas Luiz Cintra do Prado, Cesar Lattes e Orlando Rangel não haviam ocupado cargo na direção da ABC, porque foram admitidos em agosto de 1949. (Fonte: ANDRADE, 1999, p. 111).

A arregimentação de forças coincidiu com a efervescência do pensamento industrializante, que nem mesmo o liberalismo econômico inicial do governo Dutra conseguiu imobilizar. As possibilidades de aplicação da ciência interessavam aos desenvolvimentistas do setor privado e do setor público de ambos os matizes, nacionalistas e não nacionalistas (BIELCHOWSKI, 1986, p. 44, 376). Em suma, a energia nuclear atraía militares por razões de segurança nacional e guerra; industriais e técnicos do governo, na medida em que a construção de usinas nucleares poderia solucionar o problema de racionamento de energia elétrica em regiões dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro provocado pela Light (empresa canadense) e, assim, atender à demanda necessária à expansão do setor produtivo na região do Vale do Paraíba; e cientistas, afora o interesse específico de grupos do Departamento de Física da USP e do CBPF, viram nessa articulação a possibilidade de assegurar uma política e recursos para projetos de pesquisa em outras áreas do conhecimento.

O sucesso da criação do CBPF (baseado na aliança entre cientistas, militares e industriais para sustentar uma instituição privada), em 1949, sinalizava que os trabalhos da Comissão eram promissores ou que seria possível concretizar a fusão das duas últimas propostas. Isto é, agregar em uma única instituição de fomento as finalidades daquela comissão de energia atômica idealizada em 1946, por militares e diplomatas, e as do Conselho Nacional de Pesquisas previsto no Projeto n. 164/48 em tramitação na Câmara dos Deputados, e sonhado por associados da Academia Brasileira de Ciências desde a década de 1930.

4. Os trabalhos na Comissão

Muito embora fosse o porta-voz principal da rede de atores sociais que criou o Conselho Nacional de Pesquisas, Álvaro Alberto dirigiu os trabalhos da Comissão como um legítimo representante das instituições militares. Na visão de contemporâneos, entretanto, só ele tinha credenciais para ser o interlocutor junto ao presidente da República, porque conseguia fazer convergirem os interesses de militares, de grupos econômicos do setor de mineração, de cientistas e, devido a seu estilo pomposo de divulgar a ciência, de professores do ensino superior e de escolas militares (LOPES, 1996; LATTES, 1996). Ostentando os títulos de professor *honoris causa* concedido pela Universidade do Brasil, de presidente da Academia Brasileira de Ciências e de contra-almirante honorário pela atuação na ONU comandou as reuniões nos moldes de sua experiência nos tempos de caserna (UNIVERSIDADE DO BRASIL; ARQUIVO ÁLVARO ALBERTO, 00278-AA/C/175 e AA/M/033).

Ao abrir os trabalhos, entregou uma versão preliminar do anteprojeto de lei, recomendou celeridade nos debates e concisão na versão final, e deu a palavra a Cesar Lattes, porque “[...] nos conselhos de guerra, é sempre o mais moço quem faz uso dela [...]” (COMISSÃO, 13 abr 1949, p. 8). Este, ainda motivado com a tarefa, apresentou diversas sugestões, tais como, usar a denominação ciências da terra; incluir a geologia; modificar a lista dos elementos componentes da física nuclear; e instalar um acelerador de partículas nos centros de pesquisa. Ele também pediu esclarecimentos sobre a interferência do futuro Conselho nas instituições científicas existentes, ao mesmo tempo em que propôs a adoção do modelo norte-americano, no qual as universidades trabalham em conjunto (Ibidem, p. 8, 11).

Álvaro Alberto não comentou os pontos levantados por Cesar Lattes e apenas observou que as suas preocupações eram as mesmas manifestas em documentos do período em que participou dos debates acerca de uma comissão de energia atômica da ONU:

O mais importante para nós é o desejo de dar ao mundo a impressão de que o Brasil já vai cuidar do problema, e isto é uma questão de política internacional [...] Nós estamos trabalhando em conjunto e para dar ao mundo a impressão de que o

Brasil também está se interessando pelo assunto e que saiu de sua letargia, porque o que existia era apenas por iniciativa de grupos (Ibidem, p. 9).

Os assuntos mais frequentes nas reuniões e os que mais preocuparam os representantes das universidades e cientistas foram: a autonomia dos institutos de pesquisa; a ingerência do futuro Conselho nas políticas estaduais de pesquisa; e a função da nova instituição. Uma questão central para este grupo era se o Conselho deveria promover, estimular ou coordenar a pesquisa, como ocorria nas instituições similares dos Estados Unidos, Inglaterra e Canadá, países tomados como exemplo a ser seguido pelo Brasil. Como traduziu Mário da Silva Pinto, era importante conhecer a “filosofia do conselho” (Ibidem, p. 10).

A questão reapareceu nas reuniões em que foram discutidas a constituição, a estrutura e a forma de escolha dos membros do Conselho Deliberativo, o CD, instância máxima de decisão da futura instituição. O número de membros do CD foi ampliado por pressão dos presentes, visando a fortalecer suas respectivas áreas de atuação. Enquanto Álvaro Alberto garantia a presença de um representante do Dasp e outro da Academia Brasileira de Ciências, e Euvaldo Lodi defendia que a Confederação Nacional da Indústria devia representar o setor, os militares queriam saber se as “instituições científicas e de alta cultura” compreendiam tanto as instituições civis como as instituições militares! Mário da Silva Pinto, sugerindo que o CD não excedesse a dezenove membros, também discordou do fato de o Ministério da Educação ter um representante enquanto os Ministérios do Trabalho e da Agricultura (ao qual ele pertencia), além de outros nos quais se realizavam pesquisas, não estarem representados.

O corporativismo era evidente. O almirante Menezes de Oliveira chegou a reclamar que as Forças Armadas não estavam suficientemente representadas e que, no lugar de um representante do Estado Maior, deveria haver um representante de cada ministério militar. Preocupado com o prazo, Álvaro Alberto foi taxativo ao dispor que era importante incluir apenas os órgãos que têm preeminência em cada setor, como a Escola Técnica do Exército e o Serviço de Rádio da Marinha (Ibidem, p. 21-25). No jogo de interesses as questões particulares pareciam intermináveis e as centrais ficavam difusas. Para pôr fim às demandas, o presidente da Comissão esclareceu que: na ausência de especialistas entre os conselheiros, seriam convocados assessores para o CD; as reuniões do CD seriam mensais e remuneradas; e o Dasp deveria estimar o tamanho do quadro de pessoal para executar as atividades administrativas.

Não havia consenso nos debates entre os cientistas e os militares, por desconhecimento dos últimos da metodologia da pesquisa científica. Diante do estilo autoritário do presidente, os cientistas se viram compelidos a seguir sua orientação para garantir a criação de um conselho de ciências. Somente o engenheiro Mário da Silva Pinto apresentou uma contraproposta ao projeto, na qual enfatizou que:

- d) O problema da energia atômica ou física nuclear não deve ser entrosado com a criação do Conselho; a pesquisa, lato sensu, é de maior importância do que este aspecto particular da Ciência e da Técnica, o qual deve ser cuidado num Instituto à parte;
- e) Convém, pois, preparar dois projetos de Lei: um constituindo o Conselho Nacional de Pesquisas e outro criando um Instituto de Física Nuclear (COMISSÃO, 13 abr. 1949, p. 30-31).

Contrariado, Álvaro Alberto fez uma defesa apaixonada dos seus pontos de vista, reportando-se às dificuldades enfrentadas na ONU e reiterando que o Brasil – um dos quatro países que possuíam reservas de minerais radioativos identificadas² –, não tinha instituições e legislação

² Dos 55 países integrantes das Nações Unidas na época, apenas no Brasil, Canadá, Bélgica (na antiga colônia do Congo Belga) e Índia haviam sido identificadas reservas de urânio ou tório. No caso brasileiro, o tório era extraído de areias monazíticas e as reservas de urânio foram confirmadas na década de 1950 e seguintes.

suficientes para proteger seus interesses e garantir a soberania nacional. O empresário Euvaldo Lodi, referindo-se à “provocação tão feliz” de Mário da Silva Pinto, chamou a atenção para a necessidade de se aprofundar o debate sobre o âmbito das atividades e as finalidades do Conselho Nacional de Pesquisas. Teve apoio de Álvaro Osório de Almeida e de Marcelo Damy de Souza Santos, que fez consistentes ponderações sobre a extensão dos obstáculos às atividades relacionadas ao futuro desenvolvimento da energia nuclear no país: falta de físicos e de pessoal especializado, e receio de retaliação dos Estados Unidos por meio da suspensão do convênio entre o Departamento de Física da USP e a Rockefeller Foundation, para a montagem do bétraton comprado da Allis Chalmers (EUA). Já o físico Joaquim da Costa Ribeiro (na história do CNPq, um fiel aliado de Álvaro Alberto) discordou de Mário da Silva Pinto e Marcelo Damy, e elucidou os argumentos do presidente da Comissão:

A associação é feliz nesse ponto de vista, porque aproveita um estado de espírito bastante generalizado, que se servirá de algo ainda mais profundo do que a energia atômica. Por outro lado, tem a vantagem de separar o problema da energia atômica, desligando-o do seu caráter belicoso, pois que se torna perigoso criar um órgão específico que degeneraria em órgão puramente estratégico ou militar. Ao contrário disso, visamos a um ponto de vista de aproveitamento da energia para fins passivos [pacíficos]. São dois aspectos, um de ordem psicológica e outro de ordem ontológica (COMISSÃO, 13 abr. 1949, p. 34).

Além de conflitos entre os aliados, era evidente a competição entre os cientistas. Enquanto Álvaro Alberto alardeava que “[...] em contato com aquela gente, o único modo é falarmos ombro a ombro frontalmente, nada de parecer que estamos querendo agir às escondidas” (Ibidem, p. 39-40), Costa Ribeiro reforçou seus pontos de vista para socorrer o almirante. Dirigindo-se aos colegas, enfatizou a necessidade de haver um interlocutor do governo brasileiro.

Já as intervenções de Álvaro Osório de Almeida chamaram a atenção para a realidade do ensino superior no Brasil em meados do século XX, ao lembrar o insignificante número de pesquisadores em atividade, e a precariedade da infraestrutura para o ensino e a pesquisa nas faculdades do Rio de Janeiro, onde havia apenas fragmentos de escolas superiores. Ele se notabilizou nos trabalhos da Comissão pelo cuidado em precisar o sentido das palavras e informar as peculiaridades das práticas científicas na fase da leitura das emendas ao projeto (COMISSÃO, 21 abr. 1949, p. 48-52; idem, 26 maio 1949, p. 72-75). Quanto aos outros representantes do meio acadêmico, se Cintra do Prado, Theodoro Souto, Carneiro Felipe e Costa Ribeiro participaram ativamente, Ernesto Fonseca da Costa e Marcelo Damy faltaram a diversas reuniões e pouco se manifestaram. Cesar Lattes se esquivou da proposta de Álvaro Alberto para integrar a subcomissão de redação e, em algumas reuniões, manteve-se em silêncio; noutra ocasião, interrompeu a reunião para nomear instrumentos científicos a serem adquiridos pelo futuro Conselho. Apesar de o tema não estar em pauta, ele deixou evidente que estava ali unicamente para defender a pesquisa na área da Física e não para fazer política científica.

Se os registros dos trabalhos da Comissão não permitem uma análise mais acurada das opiniões na fase da redação final e da incorporação de emendas ao anteprojeto (os trechos lidos não estão transcritos em ata), ainda assim pode-se concluir que, no geral, os seus membros se detiveram no embate de questões menores, como por exemplo a necessidade, ou não, de os conselheiros serem brasileiros natos e a precisão de determinados termos. Além disso, advogaram em causa própria para garantir um lugar proeminente como gestores do futuro Conselho Nacional de Pesquisas.

Questões ideológicas aparecem entrecortadas e difusas nos registros dos diálogos travados, principalmente entre militares e cientistas, com exceção de Álvaro Alberto que era um convicto anticomunista (Ibidem, p. 67-68). Em contrapartida, ficou evidente a ingerência do Estado Maior das Forças Armadas e a conseqüente falta de autonomia de seus representantes na

Comissão. Também ficou clara a dificuldade dos militares, dos diretores de órgãos da administração pública e dos tecnologistas de entender os procedimentos ou a sistemática do julgamento de pedidos de bolsa ou auxílio a pesquisa. Isto é, quando o comentário não partia dos cientistas presentes, havia uma enorme preocupação em estabelecer formas de controle e normas para o julgamento de projetos baseadas em critérios de ordem administrativa, material e ideológica, no lugar de critérios fundados no mérito científico. Mesmo sobre esse ponto, o discurso de Álvaro Alberto revelou muito mais a sua formação militar do que a maneira de pensar correspondente a seu *status* de presidente da Academia Brasileira de Ciências.

A frequência de determinadas palavras e expressões no documento final demonstra o peso da ideologia militar no resultado dos trabalhos da Comissão³ e o interesse na aplicação da energia nuclear em artefatos bélicos, embora os militares estivessem em minoria e a finalidade explícita fosse a criação de um conselho de ciências. Como comprova a leitura da Exposição de Motivos enviada ao presidente da República pela Comissão, no documento foram empregadas expressões de uso frequente entre os militares e não entre os cientistas, tais como “Estado Maior da Ciência e da Técnica”; ou simplesmente “Estado Maior”; além disso, há seis menções a “segurança nacional”, “fortalecimento da integridade da Pátria” e “guerra”. Ao vincular ciência, tecnologia e energia nuclear tinha-se em vista o direcionamento de investimentos públicos para a pesquisa científica, mas com a meta de desenvolver a tecnologia nuclear no país. As expectativas estavam evidentes nas palavras do próprio presidente da República, general Eurico Dutra, ao propor ao Congresso Nacional a criação do Conselho Nacional de Pesquisas:

É um fato reconhecido que, após a última guerra, tomaram notável e surpreendente incremento, não só por imperativo de defesa nacional senão também por necessidade de promover o bem-estar, os estudos científicos e, de modo particular, os que se relacionam com o domínio da física nuclear. Nesse sentido, estão dedicando esforço diuturno as nações civilizadas [...] que passaram a considerar tais estudos tanto em função dos propósitos de paz mundial como, sobretudo, em razão dos imperativos da própria segurança nacional (BRASIL. Presidência, 1952, p. 55).

As palavras “guerra”, “segurança nacional” e “defesa” eram recorrentes no discurso oficial, mas no documento enviado ao Congresso Nacional apareceram associadas à energia nuclear. Se a guerra sempre foi considerada um fator importante no desenvolvimento da ciência e da tecnologia, nessa época a energia nuclear era também apresentada como um recurso para superar o atraso crônico da nação. O desenvolvimento de pesquisas nas áreas necessárias à produção e aplicação da energia nuclear era também justificado pela necessidade de o país se defender. Não por acaso, o processo se fortaleceu com a participação na Comissão do físico experimental Cesar Lattes, e a partir do momento em que a tese das compensações específicas (defendida por Álvaro Alberto na ONU) se incorporou à luta dos desenvolvimentistas nacionalistas em defesa do petróleo e dos recursos minerais estratégicos. Logo, a aliança entre cientistas e militares se ancorou no impacto causado pela bomba atômica, no retorno glorioso de Lattes após a detecção de mésons nos Estados Unidos, e nas credenciais de contra-almirante obtidas por Álvaro Alberto, após a atuação nos debates para a criação da comissão de energia atômica da ONU. O sucesso da criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, no início de 1949, indicava que a aliança seria promissora.

5. A tramitação no Congresso

Enquanto o Projeto n. 260/49 tramitou na Câmara dos Deputados – em substituição ao Projeto n. 164/48 –, “era extraordinária a resistência do Álvaro Alberto para falar e convencer as

³ Visando a regulamentação, as reuniões da Comissão prosseguiram após 12 de maio de 1949, dia em que o presidente da República enviou mensagem ao Congresso Nacional propondo a criação do CNPq.

peessoas” (LATTES, 1996). Cesar Lattes e Costa Ribeiro, esperando que o Conselho Nacional de Pesquisas tivesse o mesmo efeito positivo dos conselhos de pesquisa dos Estados Unidos, do Canadá e, em particular, da França,⁴ empenharam-se para quebrar a resistência daqueles que consideravam a ciência um empreendimento dispendioso, desnecessário ou inacessível a um país atrasado. Ambos compareceram à Comissão de Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, e concederam entrevistas à imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo (SOUTO, 20 de. 1949; SEIXAS NETTO, 7 maio 1949). Simultaneamente, Álvaro Alberto organizou o Seminário de Ciência e Tecnologia (Rio de Janeiro, 1949), cujo tema foi a Física moderna e do qual participaram Richard Feynman, Jules Guéron, Gleb Wataghin e professores da Escola Naval, dos departamentos de física de universidades e de escolas de engenharia brasileiras (FREIRE, s.d.; JORNAL DO COMMERCIO, 25-28 ago. 1949). Dessa forma, os dois cientistas da Universidade do Brasil, Cesar Lattes e Costa Ribeiro, e o almirante contribuíram para construir no Brasil uma “ideologia da física” (MEYER, 1977, fita 1, p. 12), segundo a qual os seus métodos e aplicações resolveriam a maioria dos problemas da humanidade, favorecendo cada vez mais uma disciplina que, na época, sequer constituía uma seção independente na Academia Brasileira de Ciências.

Diante do jogo de interesses entre Cesar Lattes e Álvaro Alberto, ou da aliança entre cientistas e militares na Academia e CBPF, o processo de criação do CNPq se fortaleceu e facilitou a receptividade do Projeto n. 260/49 no Congresso Nacional. O texto do Projeto apresentado era idêntico à Exposição de Motivos enviada ao presidente da República pela Comissão Incumbida de Elaborar o Anteprojeto de Estruturação do Conselho Nacional de Pesquisas. O Quadro 2 lista os deputados que relataram o novo Projeto e os aliados na Câmara dos Deputados e Senado. Também mostra os elos no Congresso Nacional entre os deputados avalistas do Projeto de Lei n. 164/48 e do Projeto de Lei n. 260/49, bem como aponta que um deputado federal participou da Comissão de 1949 e da criação do CBPF.

⁴ Na Exposição de Motivos encaminhada ao general Dutra, a Comissão dedicou 15% do texto à missão do Centre National de Recherche Scientifique, conhecido como CNRS.

Quadro 2 – Relatores do Projeto n. 260/49 e outros aliados no Congresso Nacional

Comissões	Deputado	Partido e Estado	Status profissional
1– Câmara dos Deputados			
Educação e Cultura	José Maria Lopes Cançado	UDN – MG	advogado
Constituição e Justiça	Edgar Baptista Pereira	PSD – SP	advogado, signatário Projeto 164/48
	J. Guilherme Lameira Bittencourt	PSD – PA	professor
Segurança Nacional	Abelardo dos Santos Mata	PTB – RJ	militar
	Alfredo de Arruda Câmara	PDC – PE	religioso
Indústria e Comércio	José Alves Linhares	PPS/PSP – CE	funcionário público
	Daniel Faraco	PSD – RS	bancário
Finanças	Juraci Magalhães	UDN – BA	militar
	Luís de Toledo Piza Sobrinho	UDN – SP	advogado, signatário Projeto 164/48
2 – Senado Federal			
Educação e Cultura	Evandro Viana	PPB – MA	funcionário público
Constituição e Justiça	Ivo d' Aquino Fonseca	PSB – PA	Advogado
Forças Armadas	Braga Pinheiro		
Finanças	Alfredo Nasser	UDN – GO	jornalista, advogado
3 – Outros aliados			
Câmara dos Deputados			
	Alde Feijó Sampaio	UDN – PE	economista
	Aliomar Baleeiro	UDN – BA	advogado
	Fausto de Freitas e Castro	PSD – RS	advogado
	Dolor de Andrade	UDN – MT	advogado
	Eusébio Martins da Rocha Filho	PTB – SP	advogado, signatário Projeto 164/48
	Euvaldo Lodi	PSD – MG	empresário, fundador CBPF, membro Comissão de 1949
	Helvécio Coelho Rodrigues	UDN – PI	eilitar
	Hugo Ribeiro Carneiro	PSD – CE	empresário
	José de Carvalho Leomil	UDN – RS	advogado
	Milton Prates	PSD – MG	empresário, jornalista
	Paulo Afonso Vieira de Rezende	PSD – ES	advogado
Senado Federal			
	Álvaro Adolfo da Silveira	PSB –PA	professor
	Francisco Benjamin Gallotti	PSD – SC	engenheiro

OBS.: Nota-se a ausência do nome do deputado Horácio Lafer (PSD-SP) nos documentos, embora este tenha apoiado o Projeto n. 164/48 e seu mandato só tenha terminado em 1951. (Fontes: CNPq, 1952, p. 81; CNPq, 1961, p. 19-20; BRASIL. Câmara dos Deputados, s.d.; BELOCH; ABREU, 1984).

A tramitação do Projeto de Lei n. 260/49 na Câmara dos Deputados obedeceu a seguinte cronologia:

- 23 maio 1949: apresentação do Projeto de Lei n. 260/49 pelo Poder Executivo à Câmara dos Deputados; encaminhamento para impressão; e para as Comissões de Educação e Cultura, Indústria e Comércio, Segurança Nacional, e Finanças.
- 11 maio 1950: leitura do Projeto, que segue para impressão com os pareceres favoráveis das Comissões de Educação e Cultura, Constituição e Justiça, Segurança Nacional, e Finanças, com o substitutivo da Comissão de Indústria e Comércio, e com os votos de Eusébio da Rocha Filho e Alde Sampaio (ver Quadro 2). O Projeto n. 164/48 é anexado por haver referências ao mesmo em pareceres das comissões (Projeto 260 A).
- 19 maio 1950: o Projeto segue para impressão com as emendas das comissões e do deputado Paulo Afonso Vieira de Rezende.
- 22 maio 1950: apresentação de requerimento de urgência.
- 31 julho 1950: o Projeto é lido e segue para impressão com parecer sobre emendas de pauta, da Comissão de Constituição e Justiça e das demais comissões, porque houve modificações (Projeto 260 B).
- 2 agosto 1950: leitura do Projeto que entra em discussão, quando se manifestam os deputados Helvécio Coelho Rodrigues, Alde Sampaio, Fausto de Freitas e Castro, e José Leomil.
- 9 setembro 1950: o Projeto é retirado da ordem do dia, para correção de erros.
- 11 outubro 1950: rejeitado o requerimento de Daniel Faraco solicitando uma comissão especial para opinar, supletivamente, sobre as emendas e termos. Aprovados o substitutivo e as emendas sugeridas no plenário. Passa para discussão suplementar na Comissão de Economia, ficando prejudicado.
- 18 outubro 1950: leitura do Projeto, que segue para impressão da redação para a discussão suplementar (Projeto 260 C).
- 20 outubro 1950: o Projeto entra em discussão suplementar. Eusébio da Rocha Filho faz observações e são lidas as três emendas de sua autoria para a Comissão de Economia. A discussão é encerrada e a votação das emendas é adiada até o parecer da Comissão de Economia.
- 3 novembro 1950: leitura do Projeto, que segue para impressão com o parecer da Comissão de Economia e emendas da discussão suplementar (Projeto 260 D).
- 6 novembro 1950: leitura do Projeto, que segue para impressão com o parecer da Comissão de Economia [documento ilegível], e vai para a Comissão de Redação.
- 8 novembro 1950: leitura do Projeto, que segue para impressão da redação final (Projeto 260 E).
- 9 novembro 1950: aprovação da redação final sem observações; o Projeto passa para o Senado.
- 11 novembro 1950: o Projeto é encaminhado ao Senado.
- 12 janeiro 1951: o Senado comunica que o Projeto foi sancionado.

Em 15 de janeiro de 1951, poucos dias antes de o general Eurico Dutra deixar a Presidência da República, a Lei n. 1.310/51, que cria o CNPq, foi sancionada (DIÁRIO, 16 jan. 1951). A exemplo

da US Atomic Energy Commission, o CNPq era uma autarquia vinculada diretamente à Presidência da República, com autonomia técnico-científica, administrativa e financeira. Isto lhe conferia destaque no organograma do governo, além de facilidades para negociar reivindicações, com a finalidade de estimular o desenvolvimento da pesquisa em qualquer domínio do conhecimento e, ainda, a atribuição, em nome do Estado, de controlar todas as atividades referentes a energia nuclear. O Fundo Nacional de Pesquisas Científicas e Tecnológicas, sob administração do CNPq, garantia a manutenção de atividades de fomento.

O ex-presidente [general Eurico Dutra] quis deixar ao novo a tarefa da nomeação dos Membros do Conselho. O novo governo não estava a par do que havia. Só em princípio de março foram feitas algumas nomeações (cinco, e entre elas, a deste seu amigo); tivemos praticamente uma semana para elaborar o Regulamento [...] Em meados de março foram feitas treze nomeações, inclusive a sua, que, sem favor honra o Conselho. Foi vitorioso o meu ponto de vista de assegurar representação a alguns dos principais centros de alta cultura do País; Pernambuco e Minas deram um representante (você seria nomeado independentemente desse critério, pelo menos no que dependesse do meu esforço); Rio Grande do Sul, dois; São Paulo, quatro; e Rio de Janeiro, cinco dos representantes das universidades e instituições técnicas, referidas na letra C do Art. 7 da Lei n.1.310. Em fins de março foram nomeados quatro representantes dos Ministérios e um do Estado Maior das Forças Armadas. Estamos desde então esperando a nomeação do presidente e do vice, bem como do Dasp e da Academia. [...] Acontece, porém, que a política prossegue na sua obra de cupim, e as intervenções estão, segundo consta, causando a presente procrastinação (SILVA, 1951).

Venceram os militares, que ocuparam a presidência e duas vagas no Conselho Deliberativo (CD), instância superior à qual competia a orientação de todas as atividades do novo órgão e que poderia ter até vinte e cinco membros. Na escolha dos outros membros do CD vigoraram os critérios mencionados na carta acima, assim como pesaram os vínculos com a Academia Brasileira de Ciências, a identificação ideológica, as indicações de terceiros (típicas da dinâmica relacional impregnada na sociedade brasileira) e o comprometimento com a produção de energia nuclear. Dentre os vinte e dois notáveis que integraram a Comissão encarregada do anteprojeto, treze foram conselheiros do CNPq, no período 1951-55, e três faleceram antes do início das atividades do Conselho.

Não houve disputa para a presidência do CNPq, que já estava assegurada para o contra-almirante Álvaro Alberto, desde que obteve o apoio do general Dutra. O governador de São Paulo, Ademar de Barros, disputou com o Estado Maior das Forças Armadas a indicação do biólogo Otto Bier para o cargo de vice-presidente (SILVA, 1951, anexo). Perdeu para os militares, que conseguiram impor o nome do coronel Armando Dubois Ferreira. Critérios de representatividade no meio acadêmico não foram considerados (ACADEMIA, 1996).

6. Considerações finais

No processo de institucionalização do CNPq, agência criada para o fomento da ciência e da tecnologia nuclear, as alianças ocorreram na esfera em que os grupos envolvidos deixam de lado as controvérsias científicas e emprestam o nome, concedem favores, estreitam laços, estabelecem novos compromissos, hipotecam solidariedade noutros meios e recrutam mais aliados, para garantir vantagens em um jogo de interesses mútuo e pactuado. Nesse comércio de trocas simbólicas, quando se permutou poder político por conhecimento científico, na realidade se garantiu o apoio do Estado para o desenvolvimento da pesquisa científica nas universidades e institutos autônomos em troca de ciência aplicada visando a produção de energia nuclear para muitos fins. E, para que esse apoio fosse amplo no futuro, nenhuma área do conhecimento foi excluída da Lei n. 1.310.

Na conjuntura pós-Segunda Guerra Mundial, a ciência era usada para fortalecer o poder político e o poder militar, bem como para acelerar o ritmo do crescimento da economia dos países industrializados da Europa e América do Norte. No Brasil, onde a ciência estava restrita a poucos e pequenos núcleos de investigação, o modelo centralizador da política de fomento da ciência e da tecnologia (para o desenvolvimento da tecnologia nuclear) foi influenciado pelo modelo das instituições dos Estados Unidos, Canadá e França. Referências das aspirações nacionais quando se tratava de conselho de ciências e comissão de energia atômica, nesses países as duas instituições eram totalmente independentes uma da outra, e as pesquisas se encontravam em um patamar muito superior. Já no Brasil o desenvolvimento da ciência e a aplicação da energia nuclear eram considerados como a solução para superar o atraso crônico do país e como forma de ostentar a grandeza nacional, apesar de os militares brasileiros presumirem que era fácil e barato produzir energia nuclear.

Desde a Segunda Guerra Mundial, modificaram-se as relações entre políticos, militares, empresários, Estado e cientistas tanto nos países centrais produtores de ciência, como no Brasil e em outros países da periferia, pelo fato de serem grandes consumidores das aplicações da ciência. Depois, no próspero negócio da Guerra Fria, os laços entre esses atores se fortaleceram, à proporção que se alardeava o iminente enfrentamento entre os Estados Unidos e a União Soviética. Aqui, assim como no hemisfério norte, Exército e Marinha foram os primeiros a estreitar os vínculos com os cientistas, mas não em função da crescente influência dos Estados Unidos na formação dos oficiais brasileiros. Em meados do século XX, se esses vínculos remontavam à atuação da Escola Técnica do Exército e da Escola Naval, os ideais políticos de cientistas e de militares que participaram da criação do CNPq eram, respectivamente, fazer ciência para “melhorar o Brasil”, e garantir a segurança nacional e vencer uma eventual guerra com o emprego da tecnologia nuclear. A ideologia da Guerra Fria se expandia ao sul do Equador.

Referências

A MANHÃ, Rio de Janeiro, 1949.

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. *Academia Brasileira de Ciências: organização e membros*. Rio de Janeiro: ABC, 1996.

ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de. *Físicos, mésons e política: a dinâmica da ciência na sociedade*. São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec, MAST, 1999.

_____. *A opção nuclear. 50 anos rumo à autonomia*. Rio de Janeiro: MAST, 2006.

ARQUIVO CAPANEMA. Série Ministério da Educação e Saúde, 1934-1945: assuntos administrativos-f. mss. (CPDOC/ FGV-RJ).

ARQUIVO ÁLVARO ALBERTO.

BELOCH, Israel; ABREU, Alzira (Coords.). *Dicionário Histórico-biográfico Brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, FGV/CPDOC, FINEP, 1984. 4 v.

BIELCHOWSKI, Ricardo. *O pensamento político brasileiro*. Rio de Janeiro: BNDE, 1986. 2 v.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Notas da tramitação do Projeto n. 260/49. s.d. (Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados).

BRASIL. Presidência da República. Mensagem do presidente da República general Eurico Gaspar Dutra, ao Congresso Nacional, propondo a criação do Conselho Nacional de Pesquisas. In: CNPq. *Relatório de Atividades do Conselho Nacional de Pesquisas em 1951*, apresentado ao Exmo.Sr. Presidente da República Dr. Getúlio Dornelles Vargas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1952.

_____. In: *Parcerias Estratégicas*, Brasília, n. 9, p. 182-195, out. 2000.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n. 164/48. Cria o Conselho Nacional de Pesquisas. *Diário do Congresso Nacional*, 29 abr. 1948. Rio de Janeiro.

CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa: memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994. 2 v.

CNPq. Conselho Nacional de Pesquisas. *Anais da 564ª sessão do Conselho Deliberativo realizada a 17 de abril de 1961*. mss. (Arquivo de História da Ciência do MAST/Fundo CNPq).

CNPq. Conselho Nacional de Pesquisas. *Relatório de Atividades do Conselho Nacional de Pesquisas em 1951*, apresentado ao Ex.mo. Sr. Presidente da República Dr. Getúlio Dornelles Vargas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1952.

COMISSÃO incumbida de elaborar o anteprojeto de estruturação do Conselho Nacional de Pesquisas. *Ata da 1ª reunião da Comissão incumbida de elaborar o anteprojeto de estruturação do Conselho Nacional de Pesquisas*, realizada em 13 de abril de 1949. mss. (Arquivo Álvaro Alberto – AA/CNP/009).

_____. *Ata da reunião da Comissão incumbida de elaborar o anteprojeto de estruturação do Conselho Nacional de Pesquisas*, realizada em 20 de abril de 1949. mss. (Arquivo Álvaro Alberto – AA/CNP/009).

_____. *Ata da reunião da Comissão incumbida de elaborar o anteprojeto de estruturação do Conselho Nacional de Pesquisas*, realizada em 21 de abril de 1949. mss. (Arquivo Álvaro Alberto – AA/CNP/009).

_____. *Ata da reunião da Comissão incumbida de elaborar o anteprojeto de estruturação do Conselho Nacional de Pesquisas*, realizada em 26 de maio de 1949. mss. (Arquivo Álvaro Alberto – AA/CNP/009).

_____.Exposição de Motivos enviada ao senhor presidente da República, general Eurico Gaspar Dutra, pela Comissão Incumbida de Elaborar o Anteprojeto de Estruturação do Conselho Nacional de Pesquisas. In: CNPq. *Relatório de Atividades do Conselho Nacional de Pesquisas em 1951*, apresentado ao Ex.mo. Sr. Presidente da República Dr. Getúlio Dornelles Vargas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1952.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Poder Legislativo. Rio de Janeiro, 16 jan. 1951.

LATTES, Cesar. *Entrevista de Cesar Lattes concedida a Ana Maria Ribeiro de Andrade*. Rio de Janeiro, maio 1996.

LEITE LOPES, Jose. *Entrevista de Jose Leite Lopes concedida a Ana Maria Ribeiro de Andrade*. Rio de Janeiro, junho 1996.

MEYER, Jean. Entrevista concedida a Nadja Volia Xavier e Souza e Ricardo Guedes F. Pinto para pesquisa realizada na FINEP. Campinas, maio 1977. (CPDOC/FGV).

MUNIZ, João Carlos. Ofício n. 161, de 31 jul. 1947, do embaixador João Carlos Muniz a Raul Fernandez, Ministro das Relações Exteriores, encaminhando relatório de Álvaro Alberto. 17 p. mss. Códice 78/415. (Arquivo Histórico do Itamaraty).

SEIXAS NETTO. *Carta de Seixas Netto a Álvaro Alberto da Motta e Silva sobre matéria divulgada no Diário da Tarde a respeito do CNPq, em 7 maio 1949*. São Paulo. mss (AA/C/191. Arquivo Álvaro Alberto).

SILVA, Álvaro Alberto da Motta e. *Carta de Álvaro Alberto a Jose Leite Lopes em 17 jun. 1949*. Rio de Janeiro. mss (Arquivo Leite Lopes).

_____. *Carta de Álvaro Alberto a Luiz Freire em 9 abr. 1951*. Anexo recorte de jornal. Rio de Janeiro. mss (Arquivo Luiz Freire).

SOUTO, Theodureto de Arruda. *Carta de Theodureto de Arruda Souto a Álvaro Alberto da Motta e Silva enviando recorte do Correio Paulistano com a entrevista concedida sobre o CNPq, em 20 dez. 1949*. São Paulo. mss (AA/C/201. Arquivo Álvaro Alberto).

UNIVERSIDADE DO BRASIL. *Ofício n. 3982 do reitor da Universidade do Brasil a Álvaro Alberto da Motta e Silva comunicando a aprovação da proposta da Congregação Nacional de Química de Ihe ser concedido o título de professor honoris causa*. Rio de Janeiro. mss (00278-AA/C/175 Arquivo Álvaro Alberto).

WILSON CENTER. History and Public Policy Program. Disponível em: <http://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/116912>; 27 ago 1947. Acesso em: 10 dez. 2015.

Fonte da fotografia na abertura do capítulo:

Arquivo Mário da Silva Pinto.